



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 317665-8 – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
COMARCA DE CARUARU

Recorrentes: Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Roberto Ferreira Lins
Procurador (a): Yléna de Fátima Monteiro Araújo
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE E PELO EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU OU TORNOU IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, § 2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL). RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGATIVA DE INSUFICIÊNCIA DOS INDÍCIOS DA AUTORIA DELITIVA DO RECORRENTE. NÃO-ACOLHIMENTO. DECISÃO DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE APOIADA EM INDÍCIOS E MESMO VEEMENTES PROVAS DE AUTORIA. DEPOIMENTOS DOS INFORMANTES E DAS TESTEMUNHAS COLHIDOS EM SEDE POLICIAL E JUDICIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 413, *CAPUT*, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA.

1. Como é cediço, nos termos do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal, para a prolação de uma sentença de pronúncia, basta que o juiz reste convencido da materialidade do crime e da existência de meros indícios da autoria delitiva do acusado, eis que, neste momento processual, vige o princípio do *in dubio pro societate*.
2. Considerando que, no caso vertente, a sentença de pronúncia do recorrente se exhibe devidamente amparada em prova da materialidade delitiva, consubstanciada na Perícia Tanatoscópica de fls. 55/55v e ilustrações anexas, bem assim em vários indícios, senão verdadeiras provas, da autoria delitiva daquele, correspondentes aos depoimentos dos informantes e das testemunhas colhidos tanto em sede policial quanto judicial, é de se concluir pela sua perfeita higidez.
3. Recurso não provido, à unanimidade, mantendo-se, integralmente, a sentença de pronúncia.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Nº 317665-8 – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE CARUARU, em que são partes as acima indicadas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na seção realizada no dia ____/____/____, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte integrante do presente julgado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 317665-8 – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
COMARCA DE CARUARU

Recife, 10 de

de 14.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 317665-8 – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
COMARCA DE CARUARU

Recorrente: Reinaldo Martins dos Santos
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Carlos Alberto Pereira Vitória
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Reinaldo Martins dos Santos** contra a decisão do Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru que o pronunciou pelo crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo torpe e pelo emprego de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido).

Narra a denúncia que, no dia 07/11/2009, por volta das 02:00 horas, na Av. Rui Barbosa, em frente ao estabelecimento comercial "Bocão Hamburgueria", no centro da cidade de Caruaru, o recorrente, juntamente com o coacusado Jailton Martins da Silva e um terceiro indivíduo identificado como "Zé Pagodeiro", disparou um tiro na cabeça da vítima Marcelo Gregório dos Santos, ocasionando-lhe a morte.

De um modo mais específico, relata a inicial acusatória que a vítima estava no citado local quando os três agentes chegaram em um veículo modelo Fiat Palio de cor prata e dele desembarcaram, tendo, em seguida, Reinaldo efetuado o disparo contra a vítima enquanto Jailton, armado com uma espingarda calibre 12, lhe dava total cobertura.

Razões recursais tempestivas perseguem, em essência, a impronúncia do recorrente, sob o fundamento de que inexisteriam indícios suficientes acerca de sua autoria delitiva (fls. 339/345).

Contrarrazões do Ministério Público referendam a decisão de pronúncia, considerando que existem indícios suficientes a fazer exsurgir a autoria delitiva do recorrente, em especial, a prova testemunhal produzida em júízo (fls. 356/360).

Parecer da Procuradoria de Justiça opina no sentido de negar provimento ao recurso, eis que existem nos autos prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria do recorrente, requisitos aptos a autorizar a prolação de uma sentença de pronúncia (fls. 375/378).

É o relatório. À pauta.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 317665-8 – VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
COMARCA DE CARUARU

Recorrente: Reinaldo Martins dos Santos
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Carlos Alberto Pereira Vítório
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Como relatado, cuida-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Reinaldo Martins dos Santos** contra a decisão que o pronunciou pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo torpe e pelo emprego de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima).

O recorrente fundamenta o presente pleito recursal na inexistência de indícios de autoria suficientes a amparar a sentença de pronúncia, aduzindo que o citado *decisum* teria se baseado, unicamente, no relato testemunhal de familiares da vítima que não presenciaram os fatos, e que existiriam, nos autos, meras suposições acerca da autoria delitiva daquele.

Pois bem.

Como é cediço, nos termos do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal, para a prolação de uma sentença de pronúncia, basta que o juiz reste convencido da materialidade do crime e da existência de meros indícios da autoria delitiva do acusado, eis que, neste momento processual, vige o princípio do *in dubio pro societate*.

Em outras palavras, os requisitos da pronúncia são a existência de **prova da materialidade do crime e de indícios acerca da autoria delitiva do acusado**, os quais, a teor do disposto no art. 239 do Código Penal, consistem em qualquer elemento, colhido em sede inquisitorial ou judicial, que autorize, por indução, isto é, de forma indireta, a asserção de outra premissa ou circunstância fática.

No caso vertente, verifico, precisamente, que além de estar devidamente comprovada a materialidade do crime, consubstanciada na Perícia Tanatoscópica de fls. 55/55v e ilustrações anexas, existem indícios, senão verdadeiras provas, suficientes acerca da autoria delitiva do recorrente, de modo que é forçoso concluir pela perfeita higidez da sentença de pronúncia ora impugnada.

A propósito, verifico, em primeiro lugar, que um dos informantes ouvidos tanto em sede policial (fls. 19/21) quanto em juízo (fls. 148/149), correspondente ao primo da vítima de nome José Robério da Silva Santos, além de ter presenciado o exato momento em que ocorreram os fatos em epígrafe, eis que acompanhava, na ocasião, a vítima, relatou, com segurança e riqueza de detalhes dignos de credibilidade, que, quando foi na esquina comprar refrigerante para si e a vítima, ouviu um disparo de arma de fogo, e, logo em seguida, identificou o recorrente como sendo o seu autor, tendo o referido informante afirmado, inclusive, que avistou o momento em que este último engatilhou a arma do crime.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 317665-8 – VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA
COMARCA DE CARUARU

Por outro lado, observo que as 03 (três) testemunhas ouvidas em juízo, correspondentes aos policiais militares que foram chamados ao local do crime, asseveraram, com igual segurança digna de credibilidade, que, quando se dirigiam àquele local, colidiram com o veículo identificado como aquele conduzido pelos acusados e, que, no momento da batida, lograram identificar dois dos seus ocupantes como sendo o recorrente e o coacusado Jailton Martins da Silva, os quais se evadiram, posteriormente, do local (fls. 150/155).

Ademais, verifico que todos os informantes ouvidos em sede policial (fls. 09/10, 14/23) e em juízo (fls. 144/149), bem assim todas as citadas testemunhas deram conta de que os vários populares que se encontravam no local do crime e presenciaram a sua ocorrência apontaram o recorrente e o coacusado Jailton como sendo os autores dos fatos ora em discussão.

Logo, é forçoso concluir que, diferentemente do que fazem crer as razões recursais, existem amplos indícios e mesmo verdadeiras provas acerca da autoria delitiva do recorrente, estando a sentença de pronúncia neles devidamente ancorada, nos termos do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal.

Por via de consequência, tenho que não merece qualquer reforma o decreto vergastado.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo, integralmente, a decisão que pronunciou o recorrente Reinaldo Martins dos Santos e o coacusado Jailton Martins da Silva.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado